

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: DESAFIOS E ADAPTAÇÕES DA
IMPLEMENTAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19**

**STUDENT ASSISTANCE: CHALLENGES AND ADAPTATIONS OF
IMPLEMENTATION IN THE CONTEXTO OF THE COVID-19 PANDEMIC**

Recebido em: 13/02/2023

Aceito em: 12/07/2023

Renilza Carneiro Disconci¹ 

Solange Emilene Berwig² 

Resumo: Este artigo objetiva refletir sobre os desafios e as mudanças impostas pelo cenário pandêmico no contexto da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal Farroupilha- Campus São Borja, a partir da observação direta, do trabalho na linha de frente desempenhado neste período, da pesquisa documental realizada nos bancos de dados da Coordenação da Assistência Estudantil e de dados institucionais. Apresenta um resgate histórico da importância da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, aqui representada pelo Instituto Federal Farroupilha e delinea sobre o Programa de Assistência Estudantil (PNAES) como política pública educacional. Discorre sobre os desafios enfrentados e as adaptações implementadas de forma a atender aos estudantes beneficiários dos diversos auxílios e serviços oferecidos pela instituição durante o período pandêmico. Tem por objetivo expor as experiências vividas a partir da perspectiva da Assistência Estudantil (AE) em seu trabalho de equipe local, direcionando seus esforços para a garantia da continuidade dos pagamentos de auxílios financeiros e de suporte técnico, a fim de minimizar os prejuízos causados pelas desigualdades sociais e potencializados pela pandemia. O enfoque são os recursos disponibilizados, a intersetorialidade e as flexibilizações realizadas durante o período de ensino remoto, almejando-se garantir a efetivação das políticas de acesso, permanência e êxito da comunidade escolar.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Educação; PNAES; Pandemia.

Abstract: This article aims to reflect on the challenges and changes imposed by the pandemic scenario in the context of the implementation of the Student Assistance Policy at the Federal Institute Farroupilha- Campus São Borja, based on direct observation, the work on the front line performed in this period, the research documentary carried out in the databases of the Coordination of Student Assistance and institutional data. It presents a historical review of the importance of the Professional and Technological Education Network, represented here by the Federal Institute Farroupilha, and outlines the Student Assistance Program (PNAES) as an educational public policy. Discusses the challenges faced and the adaptations implemented in order to serve students who benefit from the various aid and services offered by the institution during the pandemic period. It aims to expose the experiences from the perspective of Student Assistance (AE) in its local team work, directing its efforts to guarantee the continuity of payments of financial aid and technical support, in order to minimize the damage caused by the social inequalities and potentialized by the pandemic. The focus is on the resources made available, intersectoriality and the flexibilities carried out during the remote teaching period, aiming to guarantee the effectiveness of policies of access, permanence and success of the school community.

Keyword: Student Assistance; Education; PNAES; Pandemi

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA. Servidora do Instituto Federal Farroupilha. E-mail: renilzadisconci.aluno@unipampa.edu.br

² Doutora e mestra em Serviço Social. Assistente Social. Professora do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Unipampa. E-mail: solangeberwig@unipampa.edu.br

INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos o ano letivo de 2020, além de todos os desafios inerentes à educação que são comumente vivenciados por quem está inserido nas mais diversas instituições de ensino no Brasil, fomos surpreendidos por uma notícia avassaladora. Uma nota Oficial da Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou os perigos sobre um novo coronavírus que provocaria Síndrome Respiratória Aguda Grave em humanos (SARS- Cov-2 conhecido como Covid-19). Nessa notificação, a OMS caracteriza a Covid-19 como uma emergência de saúde pública internacional, o que gerou uma onda de especulações e de pavor ao redor do mundo, pois as informações sobre a doença ainda eram muito escassas.

A partir da confirmação do primeiro caso de Covid-19 no Brasil, em março de 2020 passamos a conviver com o medo, a angústia e o enfrentamento aos reflexos da pandemia. Uma das medidas principais tomadas pelos governantes e que foi indicada pela OMS como forma de diminuir o contágio pela doença foi a adoção de medidas restritivas de convívio social e o uso de máscaras na intenção de suprimir a transmissão do vírus. Essas medidas, infelizmente não impediram a morte de mais de seiscentos mil brasileiros (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021)

Esse cenário pandêmico também influenciou na maior “crise no sistema de Educação global da história”, afetando, aproximadamente 1,6 bilhões de estudantes, em mais de 190 países de todos os continentes. Acredita-se que 94% da população mundial de estudantes tenha sido impactada, e esse percentual chega a 99% em países de baixa renda (ONU, 2020). Nesse contexto novo e desconhecido, as instituições de ensino se tornaram fontes de contágio em massa devido ao formato em que são estruturadas, o que tornou imperativa a interrupção das atividades nos ambientes escolares (SCHIAVI, FERNANDES, PEDROZO, 2020).

Assim, neste artigo, interessa tratar desse desafio e das mudanças impostas pelo cenário pandêmico no contexto da implementação da política de assistência estudantil no Instituto Federal Farroupilha- Campus São Borja, a partir da observação direta, do trabalho na linha de frente realizado neste período, da pesquisa em documentos e dados institucionais.

Com o objetivo de expor as vivências e experiências desse período, a partir da perspectiva da Assistência Estudantil (AE) em seu trabalho de equipe local, direcionando seus esforços para a garantia da continuidade dos pagamentos de auxílios financeiros e de suporte técnico, a fim de minimizar os prejuízos causados pelas desigualdades sociais e potencializados pela pandemia é que se desenvolveu a pesquisa que deu origem a este artigo.

O estudo se caracteriza por uma pesquisa documental devido à natureza das fontes que, de uma maneira geral não receberam tratamento analítico por se tratarem de dados de posse da Coordenação de Assistência Estudantil do Campus e documentos contidos no sítio eletrônico da instituição, assim como editais e relatórios referentes ao recorte temporal da pesquisa (anos de 2020 e 2021) e objeto de estudo.

Conforme Gil (2002, p.46), a pesquisa documental apresenta uma série de vantagens considerando que os documentos constituem fonte rica e estável de dados já que subsistem ao longo do tempo. Outra vantagem elencada pelo autor reside no custo para a realização, pois a análise dos documentos exige além da capacidade do pesquisador a disponibilidade de tempo.

CONTEXTUALIZANDO O CENÁRIO DO ESTUDO

Considera-se importante trazer aqui um breve histórico da constituição desse “lugar” que será objeto de observação direta, de trabalho e de estudo: O Campus São Borja do Instituto Federal Farroupilha.

Os Institutos Federais (IFs) surgem a partir da Lei 11.892/2008³ que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a possibilidade da oferta de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional técnica e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, bem como na formação de docentes para a Educação Básica. Consolida-se a partir daí uma política pública educacional voltada para a escolarização e profissionalização ampliando as oportunidades de acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.

Ressalta-se que a história da Rede Federal de Educação conta com mais de cem anos de existência⁴, construídas ao longo de muitas políticas e mudanças de perspectivas no país, tendo como marco inicial de criação o ano de 1909 quando foi instituída a “Escola de Aprendizes e Artífices” para a oferta de educação profissional. (MEC, 2008).

Nessa mesma perspectiva, foram criados também os “Liceus de Artes e Ofícios” durante o período imperial oferecendo aos mendicantes e desvalidos da sorte a oportunidade de aprenderem um ofício, e dessa forma, por meio do trabalho, dignificar sua pobreza.

³Lei 11.892/2008

⁴Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

(MANFREDI, 2002). Salienta-se que essas escolas foram implantadas em várias capitais do país, porém o Rio Grande do Sul não foi contemplado com a instalação de nenhuma unidade na época. A formação ofertada era basicamente em trabalhos manuais ou mecânicos e de alfabetização para os analfabetos.

Percebe-se através da criação dessas duas escolas que a motivação era oportunizar aos menos favorecidos instruções básicas de alfabetização e a aprendizagem de um ofício, basicamente manual, referendando a cultura de que os ofícios manuais deveriam ser delegados aos cidadãos de classes menos favorecidas e à elite caberia o trabalho intelectual.

A década de 30 marca a expansão do ensino industrial já que a demanda e o crescimento industrial era crescente no país. Sendo assim, a Constituição da época traz a inclusão do Ensino técnico, profissional e industrial, que elevou as Escolas de Aprendizes e Artífices à categoria de Liceus Profissionais, com o objetivo da formação de mão de obra para atuação nas indústrias. (MEC, 2008).

Já na década de 40, aconteceu a Reforma Capanema, que estruturou o ensino industrial, reforçou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem industrial (SENAI), trazendo mudanças significativas também no ensino secundário. Nota-se que as escolas tornaram-se mais especializadas e restritas. Nessa mesma época, as escolas tornaram-se industriais e técnicas e são transformadas em autarquias, denominando-se Escolas Técnicas Federais, oportunizando a formação de técnicos para suprir a crescente demanda do setor industrial.

Já em 1978, as Escolas Técnicas Federais dão lugar aos primeiros Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs), inicialmente nos Estados do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais, primando pela formação de engenheiros e tecnólogos. Percebe-se que o principal objetivo dessas escolas se tornou o atendimento das necessidades do mercado e o crescimento econômico do governo em detrimento da qualificação profissional dos trabalhadores. (MEC, 2008).

Seguindo nessa linha do tempo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) traz um capítulo dedicado somente à Educação Profissional, consolidando-a como uma política educacional. Segundo o Ministério da Educação essa política atua:

[...] superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional no país, fazendo uma intervenção social crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade. (MEC, 2008, p.05).

Em 2008, outro marco da história da Educação Profissional no país se consolida através da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que nasceram a partir dos CEFETs, Escolas Técnicas e Escolas Agrotécnicas Federais através da Lei 11.892/2008. Essa mesma Lei institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

Diante disso, em 2010, foi implantado o Campus São Borja do Instituto Federal Farroupilha a partir do Plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica- Fase II, com o objetivo de preencher um vazio regional de Ensino técnico, a fim de contribuir para o desenvolvimento local e minimizar o êxodo dos jovens da região que se deslocam para outras cidades em busca de oportunidades de profissionalização em outras cidades do estado e do país.

Com essa abrangência, o IF Farroupilha visa à interiorização da oferta de educação pública e de qualidade, atuando no desenvolvimento local a partir da oferta de cursos voltada para os arranjos produtivos, culturais, sociais e educacionais da região. Assim, com sua recente trajetória institucional, busca perseguir este propósito, visando constituir-se em referência na oferta de educação profissional e tecnológica comprometida com as realidades locais.

Com o propósito de fortalecer o grande potencial de desenvolvimento do município e da região, o Campus São Borja oferece cursos relacionados aos Eixos Tecnológicos ‘Informação e Comunicação’, ‘Turismo, Hospitalidade e Lazer’ e ‘Gestão e Negócios’, visando proporcionar à comunidade uma qualificação de qualidade nas áreas de tecnologia e serviços.

Conforme referem Pacheco, Caldas e Domingos Sobrinho (2012), os IFs desempenham papel central no combate às desigualdades regionais, e por isso devem levar em consideração o contexto local para a adoção de práticas educativas alinhadas com a realidade em que estão inseridos. Gattermann e Possa (2018) destacam ainda que a criação dos IFs foi pautada para levar a educação profissional e tecnológica, principalmente, para regiões de maior risco de vulnerabilidade social, econômica e produtiva.

Conforme o Ministério da Educação (MEC, 2008):

[...]Esse é o elemento diferencial que está na gênese da constituição de uma identidade social particular para os agentes e instituições envolvidos neste contexto, cujo fenômeno é decorrente da história, do papel e das relações que a Educação Profissional e Tecnológica estabelece com a ciência e a tecnologia, o desenvolvimento regional e local e com o mundo do trabalho e dos desejos de transformação dos atores nela envolvidos (MEC, 2008, p.07).

Buscou-se mostrar aqui que a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica encontra-se fundamentada em uma história centenária, cujas atividades iniciais pautaram-se em uma política voltada para as “classes desprovidas” e hoje configura-se como uma importante estrutura que possibilita o acesso à educação, a ciência e a tecnologia em diversas regiões do País, assim como nas regiões de fronteira como é o caso de São Borja.

PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PNAES: UMA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL

A assistência estudantil caracteriza-se como uma ação assistencial, que busca atender às necessidades sociais básicas dos estudantes e está inserida no campo das políticas públicas de educação superior. Trata-se de uma política nacional estruturada com a proposta de responder às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica - que estão tendo sua participação ampliada no ensino superior público - na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida. Recebe o nome de “política” por estar estruturada com base em um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implementação de ações no campo das Instituições Federais de Ensino Superior (FONAPRACE, 2012).

Embora a intenção principal deste trabalho seja avaliar a implementação da política de assistência estudantil, tratar do processo de elaboração dessa política torna-se imprescindível para entendermos sua origem e a que se propõe. Para isso, faz-se necessário utilizar-se dos principais modelos analíticos à luz da ciência política para conhecer e classificar o PNAES quanto a sua elaboração. Processo esse, também conhecido como Ciclo de Política Pública (*policy cycle*), que segundo Secchi (2019) se restringe a sete fases principais: 1) identificação do problema, 2) formação da agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação e 7) extinção. O autor ressalta que, raramente esses passos refletem a real dinâmica ou vida de uma política pública, pois essas fases podem ser misturadas, ocorrerem simultaneamente ou alternadas.

Considerando o entendimento de Lowi quanto aos tipos de políticas públicas (SECCHI, 2019, p.31, apud LOWI, 1964, p.689), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) classifica-se como uma política de tipologia distributiva, a qual gera benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para toda a coletividade/contribuintes. Ainda, conforme Frey (2020), uma política distributiva se caracteriza:

[...] por um baixo grau de conflito de processos políticos, visto que [...] só parecem distribuir vantagens e não acarretam custos - pelo menos diretamente percebíveis - para outros grupos. [...] Em geral [...] beneficiam um grande número de destinatários, todavia em escala relativamente pequena; potenciais opositores costumam ser incluídos na distribuição de serviços e benefícios (FREY, 2000, p.223-224).

Compreender que políticas públicas são formuladas por um conjunto de diretrizes legais e alicerçadas em demandas sociais e que se concretizam por meio de serviços ou programas que visam a promoção e garantia de direitos nem sempre é simples ou percebido com facilidade. A assistência estudantil como um direito assegurado pelo PNAES também é, muitas vezes, entendida como ato de caridade, generosidade e compaixão.

Essa concepção alienada da realidade que necessita ser desmistificada e refletida com informações e a demonstração do compromisso com a integração social, oferta de serviços e distribuição de renda de forma justa aos sujeitos em situação de maior vulnerabilidade, por meio de políticas conscientes e responsáveis.

Nesse sentido, Faro (2008), considera a assistência estudantil como estratégia de atendimento aos alunos em vulnerabilidade socioeconômica quando a descreve sob a ótica de programa de apoio, direito social e política essencial inserida na tríade de ensino, pesquisa e extensão

A política de assistência estudantil consiste em um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes e métodos que orientam a estratégia institucional de provimento e soluções às necessidades do estudante em situação de vulnerabilidade [...] materializando-se em um amplo programa de apoio, atuando em várias frentes e desenvolvendo-se de modo intersetorial, possibilitando acesso, permanência e a conclusão, proporcionando experiências teóricas e práticas que preparem para a cidadania e para futuras inserções no mundo do trabalho. (FARO, 2008, p.sn)

Diante dessas premissas, faz-se necessário destacar que o caminho das políticas públicas de educação teve origem na educação superior em função das demandas e desafios que este nível de ensino enfrenta. Para auxiliar no enfrentamento a esses desafios sociais e econômicos que desequilibram os estudantes das instituições públicas brasileiras, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, que visa ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia também foram incluídos através do Decreto nº 7.234 que considerou as especificidades destas instituições (BRASIL, 2010). Conforme Vasconcelos (2010):

A Assistência Estudantil [...] transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentos pedagógicos necessários à formação profissional nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante, tais como, moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros. (VASCONCELOS, 2010, p. 609).

Os Institutos perante a discricionariedade que lhes facultou o Decreto acima citado, e com o objetivo de contemplar suas especificidades definiram critérios, metodologias e estratégias para sua implementação, desenvolveram regulamentação específica sobre a assistência estudantil. Esta ação foi recomendada pelo Ministério da Educação (MEC), conforme Ofício nº 42, de 03 de maio de 2011, de modo que os Institutos implementassem as ações de assistência estudantil através de regulamentação própria.

Além disso, o documento sinalizou que os recursos para o custeio das ações seriam ampliados e alocados diretamente no orçamento das Instituições. Essa recomendação desencadeou o estabelecimento de normas internas com definições para a implementação do PNAES nos IFs. (BRASIL, 2011 a).

No Instituto Federal Farroupilha, a regulamentação interna referente à política de assistência estudantil preconizada pelo PNAES foi realizada a partir da aprovação da Resolução Consup 012/2012 que dispunha sobre os programas, serviços, projetos e ações de assistência estudantil a serem ofertadas pela instituição. A política de assistência estudantil do IFFar compreende as diretrizes, objetivos e princípios que compõem a oferta dos serviços, programas, projetos e ações na instituição e trata-se de um direito de todos os estudantes matriculados.

As ações de assistência estudantil voltadas à saúde, cultura, esporte e lazer e apoio didático-pedagógico são para todos os estudantes. Já os auxílios financeiros se destinam aos estudantes mais vulneráveis, identificados por meio de avaliação socioeconômica. Ainda, vale destacar que cada campus do IFFar possui em sua estrutura organizacional uma Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), composta por uma equipe multiprofissional que, articulada com os demais setores da instituição, trata dos assuntos relacionados ao acesso, à permanência, ao êxito e à participação dos estudantes no espaço escolar (IFFAR, 2012).

Os auxílios financeiros aos estudantes têm como finalidade propiciar condições favoráveis à permanência dos alunos no IFFar. São destinados aos estudantes que comprovam a situação de vulnerabilidade socioeconômica e apresentam renda familiar per capita de até um

salário mínimo e meio e cumpram com os demais pré-requisitos estabelecidos em regulamento e edital específico (IFFAR, 2022).

Percebe-se então que a implementação da política de assistência estudantil nos IFs adquire contornos específicos, sem deixar de seguir o que é contemplado no PNAES, porém adequando as suas realidades e público atendido. Além disso, a participação dos vários atores envolvidos na elaboração e implementação como gestores, docentes, servidores que atuam no setor de assistência estudantil, no setor de assessoria pedagógica e estudantes faz com que essa política seja realmente efetiva e cumpra com seus objetivos.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA: DESAFIOS E ADAPTAÇÕES

Seguindo as orientações sanitárias, em reunião do Colegiado de Dirigentes (CODIR) do IFFar, ocorrida no dia 16 de março de 2020, a pauta de afastamento emergencial das atividades presenciais foi aprovada, e no mesmo dia redigida a Portaria 313⁵, que trouxe as orientações de suspensão das atividades presenciais por três semanas (de 16 de março até o dia 03 de abril de 2020) e a necessidade da realização das atividades de forma remota. Ao final desta mesma semana, em comunicação com as demais instituições de educação no país e entendendo a situação incerta do tempo que seria necessário de ensino no formato remoto, foi publicada a Portaria 347 de 20 de março de 2020⁶, suspendendo por tempo indeterminado as atividades presenciais.

Diante desse cenário, tornou-se salutar a implementação e efetivação de políticas públicas de assistência estudantil, através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e dos programas de assistência estudantil institucionais com o objetivo de garantir o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes.

Nesse contexto surgem os diversos atores que desempenham algum papel no processo da política de assistência estudantil na Instituição: gestores, servidores e alunos. Conforme Secchi (2019, p.139), os atores relevantes em um processo de política pública são aqueles que

⁵ Portaria 313/2020 de 16 de março de 2020, suspende as atividades presenciais, entre outras providências. <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/20009/e2c0d443b9b40b28542cea3c31eb407b>

⁶ Portaria 347/2020 de 20 de março de 2020, torna indeterminado o prazo de suspensão das atividades presenciais. PORTARIA Nº 0347, DE 20 DE MARÇO DE 2020 A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

têm capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, o conteúdo e os resultados da política pública.

São os atores que conseguem sensibilizar a opinião pública sobre problemas de relevância coletiva. São os atores que têm influência na decisão do que entra ou não na agenda. São eles que estudam e elaboram propostas, tomam decisões e fazem que intenções sejam convertidas em ações. (SECCHI, 2019, p.139).

Nesse sentido, conforme o autor os indivíduos, grupos e organizações que influenciam o processo político não têm comportamentos ou interesses estáticos, mas sim dinâmicos de acordo com os papéis que desempenham. Trazendo para o momento vivido, a pandemia de Covid-19 e o ensino remoto, percebe-se que a atuação dos atores envolvidos em colocar em ação essa política para auxiliar os estudantes beneficiários é primordial para que os benefícios cheguem até os necessitados.

Nessa perspectiva ainda, Secchi (2019, p.140) categoriza os atores separando-os em individuais e coletivos, sendo que os atores individuais seriam os políticos, os burocratas, os magistrados e os formadores de opinião. Já os atores coletivos seriam os grupos ou organizações que agem intencionalmente em uma arena política.

Na categoria dos burocratas, o autor insere os funcionários públicos e é a partir desta conotação e desse ponto de vista que se avalia como foi a implementação dos benefícios frente a situação pandêmica. Ainda, segundo conceituação de Lipsky (1980), que denominou de “burocratas de nível de rua” (LOTTA,2012), ou burocratas de linha de frente para referir-se àqueles funcionários da estrutura burocrática que têm contato direto com o público e que, possuem, informalmente, alto grau de liberdade (discricionariedade).

Ancorada na ideia de SECCHI (2019), que refere:

Entre as estratégias usadas pelos burocratas de linha de frente, estão: organização do trabalho de acordo com a disponibilidade de recursos da administração pública (número de funcionários, recursos financeiros, tempo), modificação dos objetivos de acordo com a disponibilidade de recursos, criação de alternativas práticas àquilo que está descrito nas regulamentações, leis ou prescrições de tarefas para que as políticas públicas sejam implementadas de forma mais coerente com relação às necessidades dos usuários (*policytakers*) e da própria administração pública. (SECCHI, 2019, p. 148)

Frente ao momento vivido foi imprescindível que se lançasse mão de diferentes estratégias para resolver as situações que se apresentaram após a suspensão das atividades letivas. Assim sendo, buscou-se alternativas para minimizar os impactos negativos da suspensão das atividades presenciais a fim de viabilizar o atendimento aos alunos e o

cumprimento das atividades pedagógicas de ensino, já que o período pandêmico se estendeu sem previsão de retorno presencial seguro.

A ausência de equipamentos e de espaços adequados, bem como falta de acesso à Internet, além de outras vulnerabilidades sociais que os estudantes de escolas públicas enfrentam dificultaram a busca por soluções mais eficazes por gestores de ensino para o enfrentamento da pandemia. Essa realidade parece ser mais evidente nas escolas públicas municipais e estaduais, mas também inclui as escolas públicas federais, destacando-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Nessa perspectiva, Boaventura de Sousa Santos em seu Ensaio *A cruel pedagogia do vírus* (2020), nomeia alguns grupos sociais que estarão ao *sul* da quarentena, que sofrerão ainda mais durante esse período. Nesses grupos sociais abordados no ensaio encontram-se mulheres, trabalhadores informais e autônomos, trabalhadores e moradores de rua, deficientes e idosos, entre outros grupos em situação de vulnerabilidade social.

Qualquer quarentena é sempre discriminatória, mais difícil para uns grupos sociais do que para outros é impossível para um vasto grupo de cuidadores, cuja missão é tornar possível a quarentena ao conjunto da população. São os grupos que têm em comum padecerem de uma especial vulnerabilidade que precede a quarentena e se agrava com ela (SOUSA, SANTOS, 2020, p.15).

Como bem colocado pelo autor, a lista dos que estão ao *sul* da quarentena torna-se muito maior quando pensamos nas desigualdades, dificuldades financeiras e injustiças que foram potencializadas durante esse período. Poderíamos inserir nessa lista os estudantes de baixa renda que, de repente, viram-se “perdidos” sem saber como voltariam para suas casas, como teriam aulas (e se teriam), se haveria condições de todos os membros da família ficarem no mesmo espaço.

Nesse cenário, surgiram inúmeras situações a serem resolvidas no âmbito Institucional e de assistência estudantil no Campus São Borja visto que, com a suspensão das atividades servidores e alunos foram direcionados a ficarem em suas residências, impossibilitando a continuidade do auxílio da moradia estudantil para alunos beneficiários de diversas cidades e estados.

Foi então que se verificou que vários estudantes não tinham condições financeiras para retornarem às suas residências, sendo necessário dar suporte a estes alunos com o pagamento do valor das passagens de modo emergencial, cujo valor pago foi de três vezes o valor do auxílio eventual, após avaliação da assistente social do Campus.

Tornou-se ainda mais essencial esse olhar atento e cuidadoso para as adversidades que perpassam o mundo acadêmico e que atingem os sujeitos em momentos da vida que podem ser cruciais para a sua permanência ou desistência da vida escolar. Em virtude desse período de excepcionalidade, o IFFar implementou os seguintes auxílios: auxílio emergencial, auxílio inclusão digital e kit de alimentos.

O auxílio emergencial⁷ mediante parecer dos profissionais assistentes sociais, auxílio inclusão digital no valor fixo mensal de R\$80,00 com intuito de auxiliar a contratação de serviço de internet para acompanhamento das atividades remotas, auxílio participação em eventos de forma a ajudar nos custos de inscrição dos eventos que estavam acontecendo de forma online e a manutenção do pagamento de auxílio atleta a todos os alunos que tinham contemplados com o benefício em 2018 e 2019.

A previsão de concessão de auxílios permanência da Assistência Estudantil Campus São Borja, que era de 70 vagas, passa a ter efetivação de pagamento a todos os 224 alunos que fizeram a inscrição no Cadúnico no SIGAA (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica), iniciando os depósitos a partir do mês de abril/2020, conforme dados da CAE.

Com o objetivo de estímulo à permanência e êxito dos discentes, foram identificados também os alunos que não tinham acesso aos equipamentos suficientes para acompanhamento do ensino remoto em casa e disponibilizados, em formato de empréstimo, kits de computadores composto por CPU (*Central Processing Unit*), tela, teclado, mouse e os cabos necessários a instalação, impressão de materiais didáticos e apostilas.

Tendo ainda as especificidades dos casos de alunos que não conseguiriam utilizar os kits de computadores de mesa emprestados pelo IFFar devido a necessidade de conexão de internet ser diretamente feita por cabo, os servidores do Campus São Borja mobilizaram-se em campanha de doação de notebooks usados, ou que não estivessem em uso, para estes estudantes que só tinham acesso à internet em casa via rádio ou roteamento da internet de dados móveis do celular.

⁷ Resolução Consup 10/2021: Regulamento de concessão de Auxílios financeiros em caráter emergencial do IFFar. <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/21435-resolu%C3%A7%C3%A3o-consup-n%C2%BA-10-2021-regulamento-de-concess%C3%A3o-de-aux%C3%ADlios-financeiros-em-car%C3%A1ter-emergencial-do-iffar>

Outro benefício oferecido durante o ano letivo de 2020 foi a seleção de alunos para o recebimento de chip de internet pelo projeto MEC/RNP/ALUNOS CONECTADOS 2020/I⁸, que tinha por objetivo a disponibilização de chip de celular contendo um pacote de dados para acesso à internet.

Além disso, como medida para atenuar este contexto, o Ministério da Educação emite a Resolução 02 de 09 de abril de 2020⁹, dispondo sobre a flexibilização da execução do Programa Nacional de Alimentação (PNAE) durante o período de calamidade pública, autorizando a concessão de kits de alimentos compostos por gêneros alimentícios adquiridos com o recurso do programa.

O fornecimento dos kits de alimentos foi organizado através da manifestação de interesse dos alunos em formulário online do Google, por meio de editais que contemplavam de 100 a 150 vagas e aproximadamente 25 a 30kg dentre os mais diversos alimentos, como: hortaliças, frutas, leguminosas, cereais, laticínios e carnes. Durante esse período foram publicados 10 (dez) editais com o objetivo de selecionar estudantes a serem beneficiados com as doações de alimentos.

Ao longo das distribuições de kits de alimentos, o momento de entrega nos domicílios demonstrou-se de extrema relevância, pois possibilitou o encontro entre os servidores voluntários e as famílias dos alunos beneficiados, oportunizando conhecer as realidades vividas pelos estudantes e suas famílias, alguns em situação de vulnerabilidade social até então desconhecidas. Desta forma foi possível estreitar o vínculo com estes alunos através do trabalho intersetorial, buscando auxiliar em dúvidas e demandas que nem sempre estavam sob a competência somente da Assistência Estudantil e identificar o agravamento de situações de vulnerabilidade social.

⁸ Projeto Alunos Conectados, uma parceria do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), sob a coordenação da Secretaria de Educação Superior (SESU) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)

Edital nº 085/2020. Seleção de Estudantes para Atendimento com Chip/Internet pelo Projeto Alunos Conectados 2020 - IFFar

⁹ Res. 02/2020: Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus – Covid-19.

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 09 DE ABRIL DE 2020 Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE dur

FIGURA 1- QUADRO ILUSTRATIVO DOS AUXÍLIOS FINANCEIROS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFFAR CAMPUS SÃO BORJA

Instituto Federal Farroupilha Auxílios financeiros da Assistência Estudantil	
Até o ano de 2019	Durante o período pandêmico (2020-2021)
Auxílio transporte (R\$: 80,00-150,00)	Extinto
Auxílio Atleta (R\$:150,00)	Suspensão
Auxílio Eventual (R\$:240,00)	Suspensão
Auxílio participação em Eventos (R\$:100,00-300,00)	Suspensão
Auxílio Permanência (R\$: 150,00)	Auxílio Emergencial (R\$: 80,00-160,00 -240,00) conforme avaliação socioeconômica
	Auxílio Inclusão Digital (Empréstimo de computadores e chip de celular com pacote de dados para acesso à internet)
	Auxílio Kits de alimentos (De 100 a 150 alunos contemplados por Edital com, 30 kg de alimentos da cesta básica)
Todos os auxílios foram ofertados mediante Editais e publicados no site Institucional e inscrição dos interessados.	

Fonte: Elaborado pela autora com base em documentos institucionais da AE (2021)

Para além dos Auxílios financeiros foi imprescindível que os setores diretamente ligados ao Ensino (Setor de Assistência Estudantil, Setor de Assessoria Pedagógica e Coordenações de Cursos) se adaptassem ao formato remoto e mantivessem o atendimento aos alunos reestruturando suas formas de trabalho, através da intersetorialidade e articulação para dar continuidade às atividades do ensino, na intenção de minimizar as perdas que já vinham ocorrendo pelo distanciamento imposto pela pandemia e suas repercussões.

Vale salientar que a busca ativa e o atendimento remoto realizado por servidores que se engajaram nessa luta pela garantia dos direitos dos alunos beneficiários foi imprescindível para que os estudantes tivessem acesso às informações dos editais e pudessem concorrer aos auxílios a que tinham direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e seus benefícios voltados para a permanência e o êxito dos estudantes de baixa renda matriculados em cursos presenciais em Universidades e Institutos Federais demandou uma série de adaptações na sua implementação e adquiriu novos contornos frente à crise provocada pela pandemia de Covid-19.

Uma das questões que mais ganhou visibilidade ao iniciarmos as atividades remotas foi a dificuldade de acesso dos estudantes aos recursos digitais, seja por não possuírem computadores ou notebooks ou por simplesmente terem dificuldade de utilizá-los. Em um período em que todas as famílias tiveram de permanecer em casa, muitos problemas vieram à tona: falta de espaço físico adequado para assistir às aulas e realizar as atividades, falta de material didático, desemprego dos familiares, doenças (inclusive Covid-19), insegurança alimentar, entre tantos outros.

O esforço empreendido pelos servidores que se colocaram à disposição para realizar esse trabalho de busca ativa, contatos, conversas, mesmo que a distância foi significativo e nos mostra o quanto as “pessoas” fazem a diferença quando atuam em prol de uma causa. Salienta-se aqui a importância de que a Instituição e os atores que atuam frente a política pública tenham clareza do seu papel diante do processo de implementação da política para que esta se efetive junto aos seus destinatários.

Ao longo dos dois anos de Ensino remoto em que permanecemos, inúmeras dificuldades e problemas foram revelados. Foram constatadas evidências de que, embora muito se tenha feito pelos estudantes em vulnerabilidade social, não foi possível atingir a todos da maneira que necessitavam, seja nas suas demandas financeiras ou de suporte multidisciplinar.

Sabe-se que o orçamento destinado pelo PNAES para as Instituições está cada vez mais restrito e defasado o que coloca em risco o funcionamento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão e impacta negativamente muitas vidas que dependem da política de assistência estudantil para galgar o acesso, a permanência e o êxito na Educação Escolar. Em face disso, torna-se impossível atender a todos que necessitam desses auxílios para darem continuidade aos seus projetos de vida.

Apesar da escassez dos recursos para essa política que é de extrema importância na tentativa de romper com a perpetuação das desigualdades sociais enraizadas no nosso País é consenso que a educação é um dos pilares fundamentais para o enfrentamento desse problema

social. O ineditismo desse período enfrentado trouxe muitos desafios, aflições, porém muito aprendizado e o que se sobressai é que fizemos o melhor que pudemos com os recursos de que dispomos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Nacional de Assistência Estudantil, PNAES**. Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010. Disponível em MEC Acesso em 18 ago.2021.

FARO, Ailton. **Os desafios da assistência estudantil como política de inclusão**. 2008. Disponível em: O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - Pedagogia - 33 Acesso em: 21 out. 2021.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Plano Nacional de Assistência Estudantil** - Aprovado pela ANDIFES. Belém, julho de 2007.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**. Nº 21 – Jun.de 2000.

GATTERMANN, Beatris; POSSA, Leandra Boer. **Inclusão e aprendizagem como imperativos da governamentalidade neoliberal e a criação dos Institutos Federais de Educação no Brasil**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 13, n. 5, p. 1632-1651, 2018. Disponível em Inclusão e aprendizagem como imperativos da governamentalidade neoliberal e a criação dos Institutos Federais de Educação no Brasil | Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação Acesso em 09 nov. 2021

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas S/A, 2002.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA (IFFAR) Resolução CONSUP 12/2012, **Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal Farroupilha**. Disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/1533/6248614b230ee7d18d6d680ef83c43a1> Acesso em 20 out. 2021.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA (IFFAR). Resolução CONSUP Ad Referendum 01/2022, **Regulamento de Concessão de Auxílios Estudantis do IFFar**. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/29462/da0d936760d74a22f98a69bbcc832519> Acesso em 24 out. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA (IFFAR). Resolução CONSUP 03 e 10/2020, **Concessão de Auxílios Financeiros em Caráter Emergencial**. Disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/17065-resolu%C3%A7%C3%A3o-ad-referendum-n%C2%BA-003-2020-aprova-regulamento-de-concess%C3%A3o-de-aux%C3%ADlios-financeiros-em-car%C3%A1ter-emergencial-do-iffar> Acesso em 25 out. 2021.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Plataforma Nilo Peçanha (PNP) ano base 2019. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em 20 ago. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Centenário da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, 2008. Disponível em: [1 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CENTENÁRIO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 1 – Introdução 2](#) Acesso em: 15 jun.2022.

PACHECO, Eliezer Moreira; CALDAS, Luiz; DOMINGOS SOBRINHO, M. D. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades**. Linhas Críticas, 16(30), 71–88. Disponível em [Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades | Linhas Críticas](#) Acesso em 09 de nov. de 2021.

SCHIAVI, Cristiano Sordi; FERNANDES, Érik Álvaro; PEDROZO, Eugenio Avila. **Complexidade Moriniana e as Policrises da COVID-19: por uma educação humanizadora frente à crise planetária**. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), v. 15, n. 4, p. 402-426, 2020.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. 3º ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A cruel pedagogia do vírus**. 1. ed. Coleção Pandemia Capital. São Paulo: Boitempo, 2020.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em [Políticas Públicas: uma revisão da literatura](#)1 Acesso em 09 de nov. de 2021.

VASCONCELOS, Natália Batista. (2010). **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**/National Student Assistance Program: an analysis of the evolution of student assistance along the history of. *Ensino Em Re-Vista*. Disponível em: [uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil/National Student Assistance Program](#) Acesso em 01 ago.2022.